



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Ata de Reunião - Afluentes do Médio Rio Grande - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO MÉDIO RIO GRANDE.

Ata da 3ª Reunião do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, realizada em 13 de junho de 2019.

Em 13 de junho de 2019, reuniu-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande – GD7, na Câmara Municipal de Cássia, Praça Barão de Cambuí, 199, Centro – Cássia – MG. Compareceram os seguintes Conselheiros Titulares e Suplentes - **Representantes do Poder Público Estadual:** Tenente Eurípedes Teófilo de Souza (S) – Rep. PMMG, Maria de Lourdes Amaral Nascimento (S) – Rep. IGAM, Lilian Messias Lobo (S) – Rep. SEMAD, Suelen Daiana Oliveira Canela (T) – Rep. SES, Juraci Júnior de Oliveira (T) – Rep. EPAMIG, Mário Aparecido Amaral (S) – Rep. EPAMIG, **Representantes do Poder Público Municipal:** Cleiton Vitoriano de Oliveira (T) – Rep. PM de Ibiraci, Alvim Alves Garcia (S) – Rep. PM de Ibiraci, Osmany de Paula Campos Sobrinho (T) – Rep. PM de Jacuí, Luiz Campos Netto (T) – Rep. PM de Itaú de Minas, Marcos Geovany Amorim (S) – Rep. PM de Itaú de Minas, Gabriel Neri Cruz Novais (T) – Rep. PM S.S. Paraíso, Mauro Marcelo Correia (T) – Rep. PM de Bom Jesus da Penha, Lucas Horta Maia (T) – Rep. PM de Fortaleza de Minas - **Representantes de Usuários de Recursos Hídricos:** Laene Fonseca Vilas Boas (T) – Rep. FIEMG, Cláudio Gomes de Barros (T) – Rep. SINDPASSOS, Andrey Alux Bordini (S) – Rep. SINDPASSOS, Ronaldo Nunes da Silva (T) – Rep. SAAE Passos, Pedro Abelardo Martins dos Santos (S) – Rep. SAAE Passos, Bruna Dias dos Santos (S) – Rep. VOTORANTIM CIMENTOS, Alexandre Gonçalves Fonseca (T) – Rep. Furnas Centrais Elétricas, Luiz Sérgio Marques (T) Rep. COOPARAÍSO, Francisco Pereira Landi (S) – Rep. COOPARAÍSO, Domingos Inácio Salgado (T) – Rep. SINDCÁSSIA - **Representantes de Entidades da Sociedade Civil:** André Luiz Rodrigues (T) – Rep. SINDEFURNAS, Eduardo Goulart Collares (T) – Rep. UEMG, Tereza Cristina de Faria Krauss Pereira (T) – Rep. CREA-MG, Célio Bertelli (T) – Rep. PROBRIG, José Limonti Junior (S) – Rep. PROBRIG. **Visitantes:** Laís Costa Campos – PM de Jacuí, Rodrigo S. Valente – Câmara Cássia, Luciano José Barreto – Vereador Cássia, Ciro Antonio de Oliveira Costa – Vereador de Cássia, Livia Presoto – Votorantim, Robson Augusto Domingos - PMMG, Silzani Soares Lopes – SAAE Passos, Maurício Mayor – CODEMA de Ibiraci, Francisco P. Brandão Neto – Vereador de Ibiraci, Luiz Adriano de Souza – Presidente da Câmara de Cássia, Vitor Luís Londe Ferreira – UEMG, Aline Paula Clemente – UEMG, Maria José Reis – UEMG, Andressa Graciele dos Santos – UEMG, Conceição Aparecida da Silva – Vice-prefeita de Cássia. **Assuntos em Pauta:**

Item 01 - Abertura pelo Presidente do CBH GD7 e verificação de quórum – André (Presidente CBH GD7) convidou a Vice – prefeita Conceição Aparecida da Silva para fazer seus pronunciamentos. Conceição (vice-prefeita) cumprimentou a todos e agradeceu pela presença, colocou-se a disposição. André (Presidente CBH GD7) convidou para fazer seus pronunciamentos o presidente da Câmara Municipal de Cássia o vereador Luiz Adriano de Souza. Luiz (Presidente da Câmara) recebeu a todos com satisfação, cumprimentou a todos os presentes e agradeceu por poder contar com mais um parceiro para as demandas referentes ao meio ambiente. André (Presidente CBH GD7) agradeceu as palavras e colocou-se a disposição através do CBH GD7 nas atividades que envolvem os recursos hídricos, e passou a palavra para secretaria Laene (FIEMG).

Item 02 – Leitura do expediente e das comunicações da ordem do dia – Laene fez a leitura do expediente do dia. Reforçou sobre a recusa por parte do IGAM de aprovação da deliberação de alteração do regimento interno por falta de quórum.

Item 03 – Leitura e aprovação da Ata de Reunião do dia 15/02/2019 – Conselheiro Ronaldo (SAAE Passos), pediu retificação no item que falava sobre cobrança de taxas no tratamento de esgoto. A alteração foi registrada conforme solicitação do representante. Sem mais comentários, houve dispensa da leitura da ata e aprovação com a retificação solicitada pelo conselheiro Ronaldo (SAAE Passos).

Item 04 – Apresentação “Atuação da Polícia Ambiental” – PMMG – Houve inversão de pauta em concordância com demais conselheiros por falta de quórum qualificado. Tenente Teófilo iniciou a explanação sobre responsabilidade territorial dos grupamentos, pelotão, sede, municípios de atuação. O 2º pelotão faz parte de 5 GPs - 1º GP – sede em Passos – municípios de atuação (Bom Jesus da Penha, Fortaleza de Minas, Itaú de Minas, Jacuí, Passos, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino) – 2º GP – sede em Carmo do Rio Claro – municípios de atuação (Conceição da Aparecida, Alpinópolis, Carmo do Rio Claro, Nova Resende) – 3º GP – sede em Cássia – municípios de atuação (Delfinópolis, Capetinga, Ibiraci, Cássia, Claraval) – 4º GP – sede em Piumhi – municípios de atuação (Capitólio, Dorésópolis, Piumhi) – 5º GP – sede em São Roque de Minas – municípios de atuação (São Roque de Minas e Vargem Bonita). Distribuição geográfica do 2º PEL MAMB. Explicou que a SEMAD tem um monitoramento contínuo que atua em conjunto com a PMMG através das denúncias, além da SEMAD, tem o Ministério Público e as denúncias pessoais. Cabo Robson (PMMG), informou que cada grupamento comporta de 5 (cinco) a 7 (sete) policiais, explanou sobre caracterização operacional, municípios atendidos, extensão territorial (km²), população atendida. Passos contém 10 (dez) municípios atendidos, 4.640 km² de extensão territorial e 223.119 habitantes. Carmo do Rio Claro contém 4 (quatro) municípios atendidos, 2.171 km² de extensão territorial e 61.661 habitantes. Cássia contém 5 (cinco) municípios atendidos, 3.130 km² e 46.237 habitantes. Piumhi com 3 (três) municípios, 1.577 km² e 41.510 habitantes e São Roque de Minas com 2 (dois) municípios, 2.507 km² e 8.239 habitantes. A área alagada em cada sede - Passos 98,88 km², Carmo do Rio Claro 194 km², Cássia 190 km², Piumhi 46,26 km² São Roque de Minas 0 km². Foi apresentado a produtividade em 2018 nos 5 GPs. Explanou sobre a fiscalização integrada, onde são fiscalizados de forma cuidadosa todo o conjunto das atividades, por exemplo, uma indústria de lavagem de roupa, tem a questão da poluição, a questão do tratamento, da captação de água, conferindo a questão da compatibilidade da atividade. Sobre o recurso hídrico no ponto de vista administrativo e criminal em relação à poluição, por exemplo, as empresas de

saneamento apesar de estarem dentro da legislação, constata o lançamento de efluentes. A polícia ambiental é um setor específico na preservação da fauna, flora e recursos naturais. Trabalham a educação ambiental, focando nas comemorações nas datas comemorativas, como o dia da árvore, do meio ambiente e da água. Os recursos hídricos chamam a atenção no período de seca, em agosto e setembro, onde há conflitos em represamento e captação em nascentes. André (presidente CBH GD7) agradeceu a apresentação da polícia ambiental, e prosseguiu com a pauta.

Item 05 - Deliberação de Alteração no Regimento Interno, conforme DN CERH – MG nº 52/2016, e conforme a DN CERH – MG nº 60/2018 – Deliberação aprovada com quórum de 22 instituições presentes.

Item 06 – Apresentação do Controle de Faltas dos conselheiros – Controle de faltas foi enviado anteriormente à reunião e apresentado para todos os conselheiros na reunião ordinária.

Item 07 – Apresentação do Plano Diretor da Bacia – IGAM – André (Presidente do CBH GD7) ressaltou a importância do plano diretor da bacia e das facilidades que trará para implementar as ações do CBH GD7. Será o instrumento de gestão facilitador para utilização do FHIDRO e realizações de projetos. Maria de Lourdes (IGAM) cumprimentou a todos, se apresentou como Gerente da Gerência de planejamento de recursos hídricos do IGAM, onde trata da elaboração e implementação dos planos diretores e também do enquadramento dos corpos de água. Explicou que a outorga que estava sendo analisada pela secretaria de meio ambiente (SEMAD), desde o início do ano esta sendo transferida para o IGAM, fala-se em outorga solteira e casada, a outorga solteira é aquela que é desvinculada do licenciamento, essa outorga esta sendo analisada pelo IGAM e não mais pela SEMAD, a outorga casada vinculada ao licenciamento ainda está sendo analisada pela SEMAD, mas também será transferida para o IGAM. Destacou a importância das reuniões serem realizadas na Câmara Municipal envolvendo os vereadores e municípios no conhecimento do plano diretor da bacia, para que haja consonância com os planos diretores dos municípios. Todo material será encaminhado pela secretaria a todos os conselheiros para análise e estudos. O GD7 e GD8 ainda não possuem o plano diretor. É um requisito básico que haja o plano diretor no comitê para ter a cobrança. (Foi elaborado um planejamento integrado dos recursos hídricos da Bacia do Rio Grande, com um plano federal pela Agência Nacional de Águas e um plano de ação de recursos hídricos). A Conselheira Tereza Cristina (CREA-MG) comentou que houve uma reunião do CBH no UAITEC em São Sebastião do Paraíso, que fez parte da elaboração do plano, onde o pessoal da ANA fez algumas oficinas sobre o trabalho com o Grande Minas. Collares (UEMG) complementou sobre o assunto, informando que não participou como entidade na elaboração do plano diretor do GD7. O que aconteceu foram duas etapas: a primeira é que foi solicitado pelo grupo de trabalho do plano diretor os dados de zoneamento ambiental para utilização, inicialmente para o plano integrado do CBH Grande Federal. Houveram 2 reuniões na UEMG e foi disponibilizado o material ao grupo de trabalho. A segunda etapa foi formada por oficinas que percorreram todos os comitês do Grande, inclusive o GD7. Lourdes (IGAM) comentou que para a elaboração foram realizadas oficinas, houve grupo de trabalho e reuniões. Conselheiro Luiz Sérgio (COOPARAÍSO) comentou que foi deixado de lado o trabalho do Grande Minas. Um trabalho muito bem feito, com convênios, um banco de dados, trabalho que foi deixado de lado na feitura do plano. Lourdes (IGAM) seguiu com a apresentação, explicando que as etapas do plano de bacia, composto pela etapa de diagnóstico, prognóstico, plano de ação e relatório final e resumo executivo do plano. Quando se tem o plano de bacia e o enquadramento, então o diagnóstico preliminar do enquadramento e o programa de efetivação do enquadramento também entram como produtos a serem elaborados. No caso do GD7 como não foi elaborado o enquadramento, então as etapas foram: diagnóstico, prognóstico, plano de ação e resumo executivo. Foi feito o diagnóstico, coleta de dados, caracterização temática, uso do solo, hidrologia, qualidade da água, uso da água, análise do arranjo institucional, planos e programas que estavam em desenvolvimento no momento, e assim foi elaborado o diagnóstico integrado. Depois foi feita a etapa do prognóstico, foram montados cenários econômicos, de demandas e disponibilidade hídrica e cenário de balanço hídrico. Após a formação desses cenários, foi elaborado o plano de ação. Diante do diagnóstico e prognóstico, foram questionadas quais ações seriam necessárias para serem implementadas e desenvolvidas. Foi estudado o aperfeiçoamento do arranjo institucional, para temas estratégicos, recomendações para setores usuários, agregados nos programas e metas e ações de investimento. O primeiro passo após a elaboração do Plano pela ANA foi o manual operativo, com todas as ações prioritárias, necessárias a serem desenvolvidas de imediato em curto prazo e foi elaborado o manual operativo com valores, atores envolvidos e prazo. Alguns dados foram apresentados, como a área do GD7 de 9.829 km², 7% da bacia do Rio Grande, 18 municípios com sede na bacia, 313.000 habitantes, 87% urbana, em que Passos e São Sebastião do Paraíso representam 55%, e o principais afluentes na GD7 são: Rio das Canoas e Rio São João. Pluviometria 80% das chuvas no verão. Solo presença de latossolos vermelhos, argissolos V/A, cambissolos e plintossolos. Erosões e intensidades variadas de 1-5, 6-10, 11-25, 26-40, 41-82. Aquíferos Xistoso 47%, Gnáissico-granítico 14%, quartzítico 12%, guarani 9%. A ampliação de abastecimento foi diagnosticada em: Alpinópolis, Bom Jesus da Penha, Claraval, Itamogi, Jacuí, Pratápolis, São José da Barra, São Pedro da União, São Tomas de Aquino. Os índices de tratamento de esgoto, em algumas sedes com porcentagens baixas, como Claraval, Delfinópolis, Ibiraci, Cássia, Pratápolis, São Tomas de Aquino, Fortaleza de Minas, São Sebastião do Paraíso, Itaú de Minas, Itamogi e Jacuí. Uso do solo, cerrado, mata atlântica, área edificada, pivôs centrais, café, cana-de-açúcar, milho ou soja, citrus, silvicultura, agropecuária, pastagens. Disponibilidade hídrica (Q_{7,10}) : UHE Marechal Mascarenhas de Moraes - Q_{Iago} = 234 m³/s, UHE Estreito - Q_{Iago} = 253 m³/s. Maior disponibilidade com 288,3 m³/s e menor disponibilidade com 10,3 m³/s. Na conceituação dos cenários: tendencial, acelerado, moderado e contingência. Para esses cenários foram levados em conta os setores usuários impactados: abastecimento urbano, abastecimento rural, dessedentação animal, abastecimento industrial, mineração, agricultura irrigada. Com isso foi elaborado o balanço hídrico quantitativo e qualitativo superficial e subterrâneo. O plano de ações foi montado por finalidades de longo prazo, componentes estratégicos, cada componente com seu objetivo, metas e meios para que as ações sejam implementadas. As finalidades de longo prazo tiveram como componentes sustentabilidade hídrica da bacia do rio Grande e sustentabilidade operacional do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Grande – PIRH Grande com componentes estratégicos: instrumentos de gestão dos recursos hídricos, conservação e governança. Na gestão dos recursos hídricos os objetivos são: - ampliar a regularização; - revisar critérios técnicos de outorga; - fiscalizar os usos; - realizar processos de alocação de usos da água por UGH; - proceder ao enquadramento/reenquadramento dos corpos d'água; - implementar a cobrança pelo uso em toda bacia; - implementar o Sistema de Informações; - atualizar o PIRH-Grande e os planos das Bacias Afluentes. No

componente Conservação dos Recursos Hídricos os objetivos são: - compatibilizar os balanços quantitativos e qualitativos; - revisar e atualizar a rede de monitoramento; - apoiar a solução de passivos ambientais associados; - fomentar a conscientização da população para conservação. Na Governança os objetivos são: - implantar a Agência de Bacia; - acompanhar a implementação do PIRH-Grande; - fortalecer os Comitês de Bacia. Está sendo discutido no IGAM o fortalecimento dos Comitês, pois o funcionamento efetivo é muito importante. O plano de ação está estruturado de forma que cada componente terá seus objetivos, metas e prazos. Por exemplo, o Instrumento de Gestão dos Recursos Hídricos, tem como objetivo: implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia – Metas: formalizar a instalação de grupo de trabalho para discutir o processo da cobrança - Prazo: curto - aprovar e implementar a cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia hidrográfica; médio/longo - realizar estudo de mecanismos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos diferenciados por setor usuário. Os recursos financeiros são separados por componentes, possuem as estimativas de todos os programas de ações. Outros temas também são elencados no plano, como recomendações para a Efetiva Participação dos Setores Usuários nos Colegiados Gestores e na Futura Agência de Bacia; para o Setor da Irrigação e Agropecuária; para o Setor de Saneamento; para os Usuários Industriais; para o Setor Energético; para os Setores de Pesca, Turismo e Lazer; caminhos para a implementação e monitoramento do PIRH-Grande. O manual operativo foi feito no âmbito do plano federal da bacia, mas pode-se fazer um manual operativo para o GD7. Cada meta tem o responsável e a partir disso têm-se as ações. São vários atores envolvidos. Nem sempre a solução da ação está no comitê de bacia. Às vezes uma parte se resolveria em plenária do comitê e outra iria para o IGAM, por questões de legislação, normas, regras. Diante do plano de ação, do diagnóstico, prognóstico sugerido pela ANA, o comitê vai priorizar as ações. Há uma discussão no Conselho Estadual dos Recursos Hídricos, sobre o plano de bacia e a forma de efetivação. Os planos são elaborados, mas não são implementados, muitas vezes, por falta de recurso. Um dos recursos é a cobrança, e tem também as parcerias. Collares, pronunciou-se sobre outros canais, como parcerias, mas as ações apresentadas são amplas e genéricas. O importante é efetivar a recuperação de nascentes, mas onde e em que situações? A ANA hoje não preocupa mais com diagnóstico, ela prefere dar prioridade para estabelecer o caderno de ações e manual operativo. Quando isso chega à mão do comitê com o recurso, é saber onde vai ser aplicado. O próprio plano e um diagnóstico específico deve estar numa escala adequada. Existe o instrumento que pode ser usado que é o zoneamento ambiental, ele fragmentou a bacia do Rio Grande em 1607 unidades ambientais, ou seja, em 1607 (um mil seiscentas e sete) microbacias, cada uma com o seu diagnóstico, que estabelece os principais problemas das unidades e também as ações que podem ser implementadas em cada unidade. Collares perguntou como podemos fazer o link do projeto de zoneamento, que inclusive foi financiado pelo FIDRO, e que deve ser efetivado? Ronaldo (SAAE) ressaltou que o SAAE é totalmente a favor da cobrança pelo uso, e que, sabendo da necessidade, está sendo implantado na bacia, juntamente com a ANA, o projeto Produtor de Água, onde na primeira etapa a ANA disponibilizou 1 (um) milhão, onde o SAAE já utilizou quase esse valor na implementação, e está disponibilizando mais 2 (dois) milhões anuais. O SAAE está investindo 7 (sete) milhões no tratamento de esgoto, em melhoria e ampliação, e todos esses recursos através de tarifas que os usuários já pagam, com o objetivo de finalizar a estação de tratamento. Futuramente esses projetos da bacia que estão em andamento terão uma ajuda após implementada a cobrança ou serão projetos independentes? Maria de Lourdes (IGAM) esclareceu que antes as empresas focavam em fazer um diagnóstico extenso, maciço e quando chegava ao plano de ação, fazia-se rápido e sem muita discussão, com ações e prazos impossíveis de serem executados. Atribuiu-se isso ao tempo de contratação da empresa e o tempo que ela fica parada no diagnóstico e prognóstico. A sistemática é não deixar de ter o diagnóstico e sim concentrar nas ações a serem executadas. Podem ser incorporados os programas que estão existentes na Bacia, pode-se montar o grupo de trabalho no GD7 para discutirmos a melhor maneira de incorporar as ações e metas. Lourdes se compromete a sentar e conversar sobre as ações a serem implementadas na Bacia, pode-se montar um Grupo de Trabalho para discutir essas questões para acrescentar ao Plano. André (Presidente CBH GD7) destacou que o plano deve funcionar e que o levantamento do Grande Minas vai ser utilizado no Plano Diretor, foi dinheiro público, que foi levantado e gasto para trazer dados e temos uma grande parte, se não todo, o diagnóstico. A nossa meta é fazer funcionar, e não admito sair do mandato sem realizar nada, o comitê tem que fazer isso funcionar. Lourdes (IGAM) continuou esclarecendo que tudo que vai ser custeado pelo valor da cobrança será decisão do Comitê. É elaborado um cronograma de ações pelo comitê de bacia no plano de ação plurianual (PAP), para um período de quatro anos, onde se define qual valor será aplicado. O órgão gestor, IGAM, apoia o comitê nessa elaboração das ações e do que vai ser executado. André (Presidente Presidente CBH GD7) agradeceu a presença dos alunos do curso de engenharia ambiental da UEMG. Maria de Lourdes (IGAM) prosseguiu comentando que o plano de ação é o plano Diretor da Bacia Hidrográfica, e se chama plano de ação porque ele foi feito no âmbito do plano federal. Tem-se a Deliberação 54/2017 do CERH, que diz que até a publicação dessa deliberação os planos de ação que estão em desenvolvimento e os até então elaborados são planos diretores de recursos hídricos. Conselheiro Célio Bertelli (PROBRIG) cedeu o tempo que seria para a apresentação para mais esclarecimentos do Plano Diretor. Lourdes (IGAM) informou que todos os conselheiros irão receber além do Plano em si o documento que é o Plano de Ações em que são descritas todas elas. Serão identificadas quais as ações estão faltando e o local onde serão implementadas. André (Presidente CBH GD7) informou a existência da Câmara Técnica CTIL, e mencionou que como a Lourdes já veio substituindo a representante do IGAM nada mais certo que ela faça parte da câmara, para dar andamento nas análises do Plano Diretor. Lourdes (IGAM) esclareceu que está sendo discutido no IGAM a outorga de lançamento de efluentes, a importância do enquadramento e otimização da fiscalização, em relação à cobrança foi montado um GT que se reunirá e discutirão a implementação da cobrança. Paralelo a isso discutirão a Agência. André (Presidente CBH GD7) fez um adendo que o IGAM pode ser a agência e que existe instrumento legal para isso. Lourdes ressaltou que as agências, com a dificuldade de custeio, conforme a Lei nº 9.433/1997, em que, dos 100% dos recursos da cobrança, 7,5% é para custeio com aluguel, energia, funcionários e afins e o restante para desenvolvimento de projetos. Porém 7,5% não são suficientes para custear as agências e os técnicos. As agências estão ineficientes, com poucos técnicos para desenvolver os programas, a capacidade operacional das agências é reduzida. Chega a ter recurso e não ter condições de implementar os projetos. É uma questão de discussão, em uma reunião da CTPlan muitos conselheiros falaram que o IGAM tem que ser agência, talvez possa acontecer, para isso precisará estruturar o órgão, ter concursos. André (Presidente CBH GD7) mencionou a presença dos conselheiros representantes do SAAE na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, onde conversaram com o Deputado Estadual Coronel Sandro, que demonstrou sensibilidade à questão dos recursos hídricos e que recebeu bem o comitê. É interessante colocar isso para se tornar uma causa legislativa, para que essa ideia de reestruturação não

fique apenas na intenção. Lourdes colocou-se a disposição dos conselheiros para complementações ao Plano diretor. André (Presidente CBH GD7) agradeceu a presença e proatividade de Lourdes em representar o IGAM e apresentar a peça técnica do Plano Diretor de Bacía.

Item 08 – Síntese da participação na Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Minas Gerais sobre uso múltiplo do Lago de Furnas – Estabelecimento de cota mínima (762) para o Lago de Furnas, realizada em 13 de maio de 2019 em Belo Horizonte. – André (Presidente CBH GD7) continuou com a pauta, comentando sobre sua presença na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, como representante de sua entidade, o SINDEFURNAS, que tem interesse político direto sobre o que acontece no Lago de Furnas, e como Comitê, afetado pelas tratativas políticas sobre a vazão do Lago da Usina Hidrelétrica de Furnas e estabelecer aproximações. O interesse é levar esse assunto para âmbito federal, buscar a responsabilidade de todos os órgãos envolvidos, como ANA, ANEEL, ONS e FURNAS, com o objetivo de se obter a operação do lago em uma cota mínima de 762 metros em relação ao nível do mar. Estudando e conversando sobre o assunto, percebe-se que desconsideraram o SISEMA e os comitês nessa discussão, sendo um claro conflito pelo uso múltiplo da água. Não há a necessidade de ir ao Congresso Nacional, nem a ANA, nem ao ONS. É só propor um processo de resolução de conflitos pelo uso da água nos comitês envolvidos. Isso é atribuição do CBH Grande Federal, delimitar uma cota mínima para a operação do Lago de Furnas, através de uma deliberação normativa, que a ANA, ONS e FURNAS deverão seguir. Segundo a empresa FURNAS, uma cota mínima de 762 metros, saindo de 750 metros (cota mínima atualmente) será 12 metros de coluna d'água de diferença, o que representa o impacto de 85 milhões de reais/ano em gastos adicionais em todo o sistema elétrico interligado, pela necessidade de contratação de energia termelétrica. Alexandre (FURNAS) ressaltou ser um assunto complexo, pois quando se chegar à cota 762 metros, na teoria é fechar a torneira, não tem água passando para baixo, então resolve um problema ambiental e político, mas o reservatório é uma caixa d'água que regula toda a bacía do Rio Grande, então nada mais coerente que tratar no âmbito federal, porque todos os comitês, tanto de Minas e São Paulo estão lá. Chegar à cota 762 metros para a usina não poder baixar, implica em várias cidades que estão a jusante da usina sofrerem o impacto. Certa vez, ocorreu que o reservatório da Usina de Furnas estava com 40% de sua capacidade de armazenamento e a ONS pediu para abrir o vertedouro. Questionamos isso. O reservatório foi feito há 60 anos, foi feito para regular o fluxo do rio todo. Tem que envolver ANA, ANEEL, ONS e CBH Grande Federal, sem os quais não tem como solucionar. Laene (FIEMG) sugeriu que se pode fazer um encaminhamento para o deputado, para a ALMG, para que oriente na questão de abastecimento das usinas para baixo, pois terá um impacto geral. André (Presidente CBH GD7) salientou que o assunto está sendo tratado de forma política e precisa ser tratado com um mais conhecimento técnico. Alexandre (FURNAS) esclareceu a respeito da vazão mínima, a usina tem que ter uma geração que garanta no mínimo o nível de água passando, que é a vazão sanitária. A abertura de vertedouro é de 4000 m³/segundo. André (Presidente CBH GD7) comentou que a ênfase em questão é que antigamente as áreas inundadas eram um malefício, o que causou ruptura de famílias, muitos transtornos para a região e hoje muitas pessoas que poderiam usufruir dos benefícios não estão sendo beneficiadas, pessoas ligadas ao agronegócio e turismo enfatizaram isso. Laene (FIEMG) sugeriu encaminhamento para a CTIL e encaminhar para Assembleia Legislativa de Minas Gerais. André (Presidente CBH GD7) propôs o encaminhamento desses dados em que a preocupação é que essa cota 762 metros não traga impactos negativos sobre a nossa Bacía, que isso seja resolvido no âmbito do Comitê do Grande Federal, envolvendo também ANA, ANEEL, ONS e outras empresas afetadas com despachos em reservatórios na Bacía.

Item 09 – Síntese da participação no 59º Fórum Mineiro de Comitês de Bacía Hidrográfica, realizado em 14 de maio de 2019 em Belo Horizonte. - André (Presidente CBH GD7) foi sucinto e destacou que no Fórum Mineiro foram debatidos vários assuntos, inclusive a modelagem institucional e racionalização do sistema para gerar resultados mais efetivos de política nacional dos recursos hídricos, que há uma preocupação do IGAM de reformular essa política estadual de recursos hídricos e estabelecer uma nova modelagem e o ponto de destaque é trazer algumas fusões dentro do Estado de Minas Gerais. Entre RG's e UEG's, regiões e unidades estaduais de gestão. Lourdes (IGAM) esclareceu que há o pensamento na efetividade dessas regiões, e que o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, foi elaborado em 2010, aprovado em 2011, e trouxe uma nova composição nas unidades de planejamento de gestão, nele foram analisados diversos dados econômicos, sociais e técnicos aonde se chegou na formação de 36 unidades de planejamentos de gestão, e tem-se pensando na dificuldade de gestão dessas 36 UPGH's. O IGAM fez uma nota técnica, foram analisadas todas as áreas, monitoramentos, outorgas, enquadramentos, como estão os comitês, quantos membros, quantas entidades se repetem. No plano as unidades de gestão de 36 passariam para 14. Esse estudo foi feito, e encaminhado para o CERH, mostrando o intuito de otimizar, apresentando uma remodelagem de acordo com o plano. Foi encaminhado também para a CTPlan que é a Câmara Técnica, onde houve uma reunião e terá outra dia 18 de junho de 2019. Os conselheiros acharam interessante e perguntaram se o IGAM pretende fundir comitês. A proposta não é juntar os comitês, mas otimizar a gestão. Em primeiro será discutida a unidade de gestão. Na reunião da CTPlan vão ser discutidas as propostas que serão encaminhadas, pois existem várias. Estão sendo pensadas unidades de gestão para tornar os planos mais executivos, só depois é que serão analisadas as necessidades de juntar comitê, trabalhar no arranjo institucional, de criar comissões setoriais. Existem várias propostas, no Plano Estadual o GD7 e GD8 seriam juntos. Depois que a CTPlan fechar uma proposta será levado para aprovação, então será rápido, há necessidade de fazer. Laene (FIEMG) comentou no entendimento deles que seria diferente, seriam divididos em 8 (oito) unidades. Lourdes (IGAM) explicou que o Plano fez duas divisões, sendo unidades de gerenciamento e as unidades de gestão, mas o que está sendo conversado são 14 (quatorze) unidades, GD7 e GD8, GD3, GD4, GD5 e GD6 e GD1 e GD2, nesse caso. Na CTPlan já falaram que deveriam ser uma só. O Robson (IGAM) fez o estudo participativo e viu como se repetem os conselheiros. No momento inicial não está sendo discutida a quantidade de comitês, só as regiões administrativas. André (Presidente CBH GD7) perguntou sobre as alterações que estão sendo feitas na CTPlan, se há nesse comitê uma contribuição em se posicionar em relação a um ou outro formato, se isso ajuda ou é indiferente? Lourdes (IGAM) disse que tem que ser articulado com a CTPlan, que serão apresentadas contribuições dos conselheiros, 5 (cinco) ou 6 (seis) deles disseram que iriam encaminhar uma nova proposta, até então haviam 3 (três) encaminhadas. Se o comitê tem uma proposta, poderia ir à reunião do dia 18 de junho de 2019 ou encaminhar para o IGAM. André (Presidente do CBH GD7) comentou que o Fórum Mineiro ficou de ser representado na CTPlan, e que no grupo do Fórum há movimentações no sentido de fazer alguns encaminhamentos. O arranjo institucional sobre ter o IGAM como agência, os comitês como órgãos consultivos e

deliberativos da agência, é algo mais simples, direto, objetivo e até mais transparente para a população, e assim vai ter uma organização melhor. Lourdes (IGAM) comentou que está percebendo essa questão do IGAM ser agência de uma forma mais forte nessa remodelagem, irá ser aprofundado com as propostas que serão apresentadas na CTPlan. Laene (FIEMG) questionou sobre qual seria a mais viável para o GD7, acompanhar o GD8 ou o GD6 e GD3. Vai dividir em área de gestão, vai ser melhor puxar para o GD8 ou pro GD6 onde tem lago de Furnas, onde temos mais impactos, tem mais haver com nossas questões que o GD8. Pedro (SAAE) comentou que o GD7 tem 22 cidades já é um montante bom para trabalhar, de repente se for unir com o GD8, onde será as reuniões, o nosso deslocamento vai ser mais difícil, vai ficar tumultuado, muita gente, muitas cidades. Lourdes (IGAM) explicou que do jeito que está não vai continuar. O CERH já decidiu que vai alterar. Agora esta sendo tratado como vai ficar, vai ser no mínimo 14 (quatorze) unidades, e tem gente pensando em 7 (sete) ou 8 (oito). Pedro (SAAE) perguntou qual a intenção disso, de reduzir o número de comitês? Lourdes (IGAM) respondeu que é uma otimização dos custos, planejamento, pois são muito próximos e parecidos, há muito gasto de recurso, poucos servidores, se houver planejamento conjunto haverá otimização dos recursos humanos e financeiros, mas não está sendo discutido a redução ou a junção de comitês. Pedro (SAAE) comentou que na realidade o que está acontecendo é de fato isso, a redução dos comitês, para reduzir gastos. André (Presidente CBH GD7) frisou a questão da gestão, a articulação dos comitês em reuniões, as ações que o comitê faz internamente para deliberar e discutir não mudarão, estabelecidos do jeito que estão, constituídos e se reunindo do mesmo jeito, em suas regionais. O que se propõe é a gestão integrada do GD7, com eventualmente GD8 ou GD6. Todas as discussões referente à bacia continuarão sendo realizadas do mesmo jeito que estão sendo feitas nos comitês constituídos, até inclusive no mapa apresentado continuam delineados os comitês. Informou o envio dos arquivos e apresentações pelo aplicativo móvel WhatsApp, e continuou esclarecendo que a gestão dos recursos hídricos será integrada às UEG's. A filosofia do sistema é tornar local, por exemplo, o poder público de Cássia ter condições de se colocar no comitê e para isso ele tem que ser mais local e menos central, então não faz sentido para a política pública dos recursos hídricos ficar centralizada se ela quer ter a participação dos segmentos, senão existiria só um conselho que seria o estadual. E só ele decidiria e deliberaria, e ser ouvido por esse conselho seria muito mais difícil. Lourdes (IGAM) reforçou que fizeram um relatório técnico e essa apresentação é o relatório que foi feito com relação a todos os instrumentos e a receptividade no CERH e CTPlan foram boas. André (Presidente CBH GD7) destacou os conflitos a respeito do uso da água que vem de encontro exatamente com a questão que a ALMG discutiu no dia anterior sobre a cota 762 do Lago de Furnas, praticamente um mapa de como resolver a questão do conflito pelo o uso múltiplo. É uma proposta interessante, foi realizado um estudo bem feito, é interessante como o poder público, a sociedade civil e usuários muitas vezes não lançam mão desses instrumentos, sobre solução de conflitos. Frisou o arranjo institucional, defendendo o IGAM como agência e os comitês como órgãos dessa agência e as ações consorciadas, como por exemplo, a utilização da AMEG, da ALAGO aqui em nossa região para implementação na nossa política pública em relação a recursos hídricos e resíduos sólidos. É uma preocupação desse comitê, interferir nessa questão de resíduos sólidos para regularizar esses lixões e aterros sanitários. Foram realizadas duas reuniões no intuito de viabilizar o tratamento dos resíduos sólidos de forma correta ecologicamente e economicamente viável em contribuição com a Prefeitura de Passos. Foi apresentado o projeto da termoeletrica de Boa Esperança, que tem capacidade de 1 (um) MEGAWATT, para gerar energia a partir do resíduo sólido. Tem-se uma saída econômica para o resíduo sólido, consumir o lixão existente, todo o passivo ambiental, mais o que é gerado pelo meio urbano, com a opção de, se o município não quiser fazer a usina, devido ao custo (na ordem de 25 milhões de reais), ela pode fabricar o CDR, se ela instituir a política de resíduos sólidos conforme a legislação, e tiver a reciclagem, a destinação adequada dos materiais e a fabricação do CDR, ela pode vender esse material ou destinar de maneira adequada. Grande parte do problema do poder público municipal é custear a coleta e a destinação desse resíduo. A destinação econômica do resíduo sólido resolve dois problemas, o do próprio saneamento básico urbano e rural, e o dos recursos hídricos, que é o impacto sofrido na destinação inadequada. André comentou que tem articulado com pessoas que conhecem sobre o tema e que seria positivo para o comitê e para todos. Laene (FIEMG) perguntou se o comitê irá aguardar as definições da CTPlan ou já deseja estar mais próximo do GD8 ou do GD3? André (Presidente CBH GD7) opinou que isso não tem um impacto num primeiro momento, mas deixou aberto para opiniões e manifestações sobre esse assunto. Continuou informando que no fórum sobre o ENCOB (Encontro Nacional dos Comitês de Bacia), a data foi alinhada para outubro, repassou o convite aos demais conselheiros. Laene (FIEMG) comentou que já foi no encontro e que é muito produtivo, uma troca de experiências muito válida. André (Presidente CBH GD7) comentou que houve apresentação do Prof. Água, um programa de mestrado voltado para a gestão dos recursos hídricos, um programa instituído em algumas universidades do Brasil, onde são selecionadas através de um edital e critérios que envolve estrutura física, acadêmica e formação de docentes. São professores abnegados, que trabalham voluntariamente, o programa para ter um custo mais reduzido prioriza esse tipo de perfil.

Item 10 – Informes Gerais – Laene (FIEMG) iniciou informando sobre o Seminário de Segurança de Barragens, uma iniciativa do CBH Grande, que acontecerá no dia 26 de junho de 2019 na cidade de Ribeirão Preto-SP, onde irão discutir sobre as barragens da região. Sobre o projeto de tratamento de esgoto do município de Ibiraci, André (Presidente CBH GD7) encaminhou um e-mail para a SAMA e PROBRIG com cópias para os membros do comitê da COPASA, onde o Flávio respondeu da seguinte forma: a COPASA realizou a licitação dos projetos, a empresa SANAC já esta providenciando a visita técnica do sistema e a topografia necessária para desenvolvimento do projeto. Laene (FIEMG) informou que haverá uma reunião do GT em Capitólio no dia 14 de junho, primeira reunião do GT de cobrança, cujo assunto seriam a modelagem de cobrança que já está prevista. Suelen (SES) informou que a conselheira Alice (EMATER) sugeriu trazer o palestrante Dr. Alonso de Campinas, e Laene (FIEMG) sugeriu o responsável da vigilância de saúde de Pouso Alegre, para palestra sobre o uso de agrotóxicos, visto que houve alguns dados informados na mídia sobre a presença de diversos agrotóxicos na água em nossa região. Laene (FIEMG) esclareceu que esta questão foi um alarde indevido, que trouxe pânico desnecessário, e que o assunto deve ser discutido, mas não do modo como foi exposto. Ronaldo (SAAE) esclareceu que foi veiculado que de cada 10 (dez) cidades brasileiras 4 (quatro) estavam contaminadas por substâncias de agrotóxicos com limites acima do recomendado. Esses dados foram extraídos do SISAGUA, sistema nacional, mas começamos a analisar os dados internos dos últimos 20 anos, e chegamos a uma conclusão na consolidação desses dados. Esclareceu que não são as empresas de saneamento que lançam dentro do programa esses dados, eles são enviados por meio de uma Secretaria Municipal, depois para um órgão regional de saúde, e assim são lançados no sistema. Nessas inserções, onde se fala em agrotóxicos, a maioria dos aparelhos usados pelas

empresas que fazem essas análises não conseguem uma escala menor que 1 (um). O pessoal que pegou os primeiros dados não consolidados, inseriu na mídia, todos os 27 parâmetros que analisamos de agrotóxicos estavam com os resultados acima do permitido. Ronaldo, informou que o SAAE esta tentando explicar essa situação, já foram na Câmara Municipal de Passos e São João Batista do Glória. O MP foi provocado e está coletando água em todo o Estado de Minas Gerais para comprovar e periciar as informações. Suelen (SES) informou que quando a Secretaria Estadual de Saúde tiver informações sobre esse levantamento repassará a todos. André franqueou a palavra para mais comentários aos conselheiros. Alexandre (FURNAS) informou que a empresa de FURNAS já realizou 3 (três) reuniões sobre a barragem com os municípios potencialmente atingidos e informou que no dia 13 de julho de 2019 acontecerá mais uma reunião sobre o assunto, e fez um convite para todos participarem da reunião na Usina de Furnas. Não havendo mais comentários, André (Presidente CBH GD7) agradeceu Lourdes (IGAM), Prefeitura de Cássia, Câmara Municipal de Cássia e vereadores pela presença, cooperação e paciência. A Vice Prefeita Conceição Aparecida agradeceu ao presidente e membros do CBH GD7, e todos que contribuíram e ajudaram nos esclarecimentos, parabenizou o comitê pelo trabalho. André (Presidente CBH GD7) agradeceu e finalizou a reunião.

André Luiz Rodrigues
Presidente CBH GD7

Laene Fonseca Vilas Boas
Secretária CBH GD7



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Rodrigues, Presidente(a)**, em 21/08/2019, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laene Fonseca Vilas Boas, Secretário(a)**, em 21/08/2019, às 18:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6927318** e o código CRC **D4AF56FF**.

Referência: Processo nº 2240.01.0001400/2019-53

SEI nº 6927318